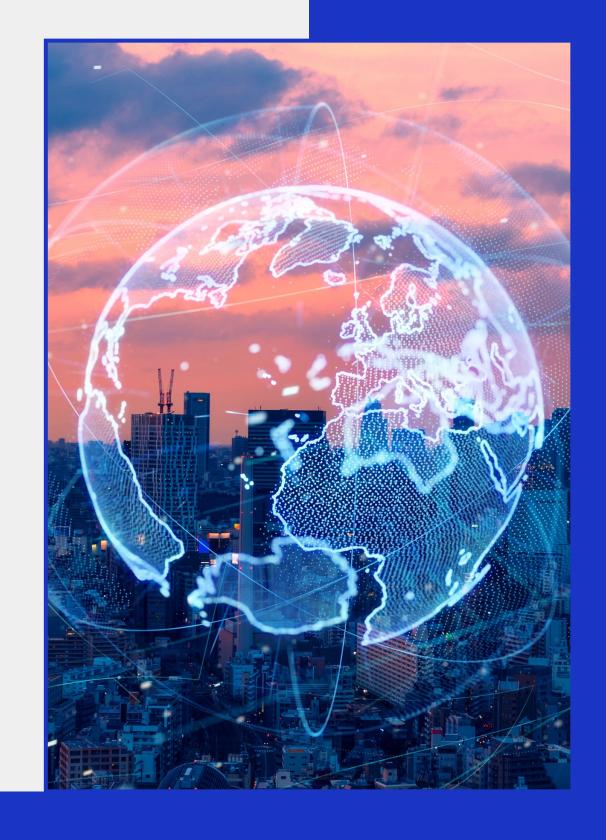
Mas e as cidades? Construindo a Governança da Internet sob uma perspectiva local.

Letícia Hora (USP), Ergon Cugler (IBICT), Terezinha Brito (C-Partes/ISOC), Lacier Dias (APL-TIC / B4DATA)

Moderação: Thobias Prado Moura (LabDH) Relatoria: Marina Thaís Rodrigues Garcez (UFG)



gTLDs ITU-T Governments **Intergovernmental Organizations Specialized Standards Bodies** Naming and Addressing Businesses Internet Society Affiliated Organizations Internet Society IETF, IAB, and IRTF Chapters, Individual Members, Local, National, Organization Members, and **Open Standards** Regional, and Special Interest Groups (SIGs) **Developments Global Policy** Other Policy W3C • Development **Discussion Forums** Internet **Ecosystem** Governments Root Servers • **Internet Community Shared Global** Education Organizations, Businesses, **Network Operations** and Initiatives and Capacity Services and Operations Building Multilateral Development Internet Exchange Points (IXP) Banks and International **Financial Institutions Service Creators and Vendors** Universities, Academic Institutions, Users and National Research and Education gTLDs Networks (NRENs) ccTLDs **Internet Society** Chapters, Individual Members, Organization Members, and Special Interest Groups (SIGs) **Civil Society** Organizations Individuals Governments Service Creators and Vendors

Partida

O que é Governança da Internet?

Definição clássica: desenvolvimento e a aplicação por parte dos governos, do setor privado e da sociedade civil, em seus respectivos papéis, de princípios, normas, regras, procedimentos decisórios e programas compartilhados que dão forma à evolução e uso da Internet. (WSIS)

Partindo de uma premissa ampliada

- Temas "sociais" e correlatos que estão no cerne das dinâmicas e interações proporcionadas pela Internet
- Governança Digital orientada pelo modelo multissetorial

Letícia Hora

22 anos, Pesquisadora em Governança da Internet, Gênero, Sexualidade e Políticas Públicas.

Gestão de Políticas Públicas (USP)



Tópicos

POLÍTICAS PÚBLICAS

A PERSPECTIVA LOCAL

1.1. - Definições conceituais para iniciar a 2.1 - Interseccionalidade conversa

1.1.

Políticas Públicas

Definições conceituais para iniciar nossa conversa



Políticas Públicas

Definições conceituais para iniciar nossa conversa

Manter ou alterar a realidade social

Objetivos, estratégias de ação e alocação de recursos necessários.

Influenciar, alterar ou regular comportamentos

Usando sanções positivas ou negativas

Grupos sociais com interesses, valores e objetivos divergentes tomando decisões coletivas que afetam toda a sociedade

Enfatizando conflitos e disputas entre política (politics) e políticas públicas (policies)

Políticas Públicas

Definições conceituais para iniciar nossa conversa



Políticas Públicas

Definições conceituais para iniciar nossa conversa

Visão racionalista e tecnicista



Complexidade e politização (conflito)

Ciclo de políticas públicas
Racionalidade limitada
Incrementalismo
Múltiplos Fluxos
Equilíbrio pontuado
Advocacy coalition framework
Neoinstitucionalismo histórico e escolha racional

Políticas Públicas

Definições conceituais para iniciar nossa conversa

- → Temporalidade;
- Articulação = individual ao coletivo;
- Padrões reconhecíveis;
- Como podemos analisar as políticas públicas e o processo de produção de políticas públicas (policy making)?

A perspectiva local

Definições conceituais para iniciar nossa conversa

- Como um mesmo problema pode afetar de forma diferente diversos grupos;
- Quais são as vozes que não estão representadas no debate;
- Indagar como garantir que a política pública seja efetiva para aqueles que dela precisam;
- Fazer as perguntas certas e produzir dados que compreendam a complexidade da implementação da política.





Políticas Públicas

Definições conceituais para iniciar nossa conversa

Complexos processos de produção de políticas públicas, que envolvem:

- 1) grande número de atores diversos;
- 2) processos de longa duração, de uma década ou mais;
- 3) diferentes programas sob responsabilidade em diferentes níveis;
- 4) diversos debates entre os diversos tipos de atores;
- 5) disputas envolvendo valores, interesses, dinheiro, coerção.

A perspectiva local

Definições conceituais para iniciar nossa conversa

Plan de Acción de Gobierno Abierto

#PlanAcciónGARosario 🗷 · Co-creación del plan con ciudadanía y OSCs

02 - Producción y análisis de datos con perspectiva de género

Descripción del problema

Uno de los aportes de los datos abiertos es **reducir las brechas de información y las barreras para el consumo y la reutilización de datos**. Además de su apertura, la accesibilidad de los datos **incentiva un mayor uso por parte de la población generando políticas más eficaces e integrales** que cuenten con el intercambio de la ciudadanía generando también mayor confianza en los gobiernos.







Ergon Cugler

25 anos, Caiçara e Pesquisador do IBICT

Mestre Adm. Pública (FGV) Pós-Grad. Data Science (USP) Gestor de Políticas Públicas (USP)



Tópicos

1

BARREIRAS DE ACESSO E DE USO DOS CIDADÃOS

- 1.1. Desigualdades de Acesso vs. Uso
- 1.2. 5 barreiras que limitam o acesso de cidadãos à informação e à tecnologia

2

ESTRATÉGIAS E CASOS PENSANDO A PARTIR DA PERSPECTIVA LOCAL

- 2.1. Estratégias Governamentais
- 2.2. Ações Locais

31,1 milhões de domicílios apenas com

Internet

0,5
milhões de domicílios apenas com computador

29,0

milhões de domicílios com computador e Internet 14,3

milhões de domicílios sem computador e sem Internet

mas também

93%

enviaram mensagens instantâneas 51%

fizeram consultas, pagamentos ou outras transações financeiras 50%

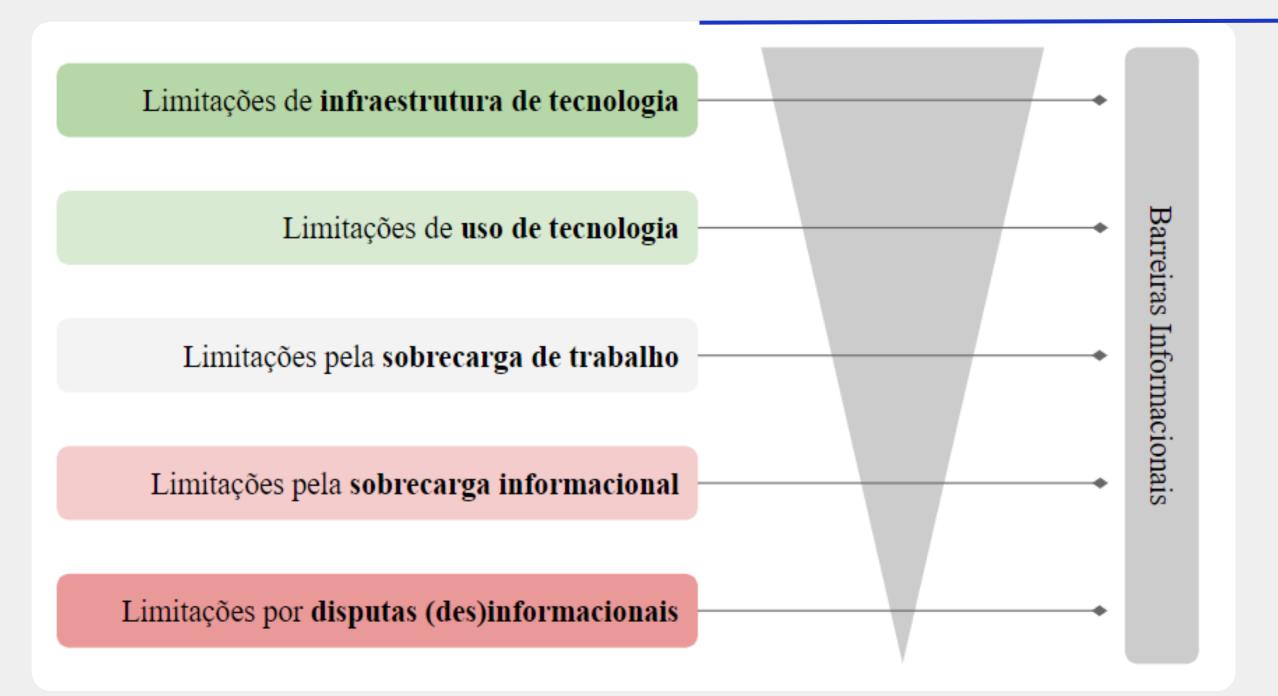
procuraram informações relacionadas à saúde ou a serviços de saúde 31%

ouviram podcasts

1.1.

Desigualdades de Acesso vs. Uso

TIC Domicílios (2022): O uso de mensagens instantâneas foi a atividade mais realizada pelos brasileiros na Internet (93%). Permaneceram em patamares elevados o uso das redes sociais, como Facebook, Instagram ou TikTok (80%), e as chamadas de voz ou vídeo (77%), bem como o envio e recebimento de e-mails (62%).



1.2.

Barreiras ao acesso e ao uso dos cidadãos

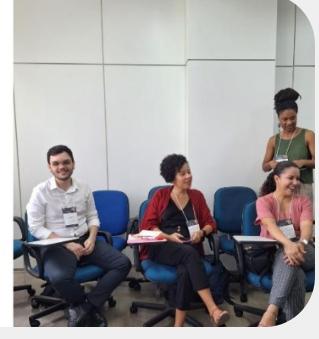
Understanding citizen information dynamics and barriers: Crossroads of Political Science and Public Policy - Alves, Guilherme Queiroz & Silva, Ergon Cugler de Moraes (2023) - Boletim de Políticas Públicas/OIPP - № 35 junho /2023 ISSN 2675-9934











Estratégias Governamentais

- 6º Plano de Ação Bra. de Gov. Aberto / 23-27
- 1 Mapear e integrar/articular as políticas públicas de agentes territoriais para esta agenda
- 2 Mapear entidades que atuam na promoção e defesa de direitos e no assessoramento das políticas públicas como forma de identificação territorial para promoção da participação social
- 3 Definir/mapear os territórios saudáveis/sustentáveis
- 4 Mapear movimentos e práticas de educação popular nos territórios
- 5 Articular os movimentos sociais, sindicais e populares para as ações do Plano de Ação de Governo Aberto
- 6 Articular rede aberta e colaborativa para formação de agentes territoriais







Estratégias Governamentais

- 6º Plano de Ação Bra. de Gov. Aberto / 23-27
- 7 Realizar encontros com organizações, instituições e movimentos sociais que atuam com educação popular
- 8 Elaborar diretrizes e propor ações comuns para formação de agentes territoriais com educação popular, digital e midiática
- 9 Promover formações em educação e letramento crítico, midiático e digital em territórios
- 10 Realizar processos formativos de participação popular com fortalecimento da democracia em territórios
- 11 Construir campanha de comunicação que reforce processos de participação popular já existentes
- 12 Construir um mutirão nacional com participação e mobilização social
- 13 Monitorar e acompanhar as ações implantadas





Estratégias Governamentais

Estratégia Nacional de Governo Digital / 24

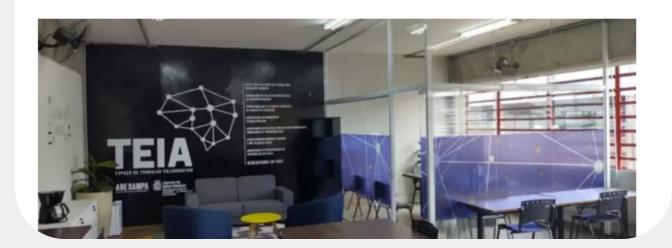
i – As recomendações da estratégia são construídas por meio de um processo colaborativo envolvendo estados e municípios, atrelando aos territórios brasileiros.

Desafios para Municípios:

- 1 Recursos financeiros limitados: muitos municípios têm orçamentos restritos e podem não ter recursos suficientes para investir em infraestrutura digital.
- 2 Falta de infraestrutura tecnológica: Em algumas regiões, a infraestrutura de tecnologia pode ser precária, com baixa conectividade à Internet e poucos recursos.
- 3 Capacitação e treinamento: Soluções digitais requerem pessoal qualificado para desenvolvimento, manutenção e suporte técnico.
- 4 Questões de segurança e privacidade: A digitalização de serviços pode levantar preocupações sobre a segurança e privacidade dos dados dos



Coworkings públicos em São Paulo: veja 17 lugares gratuitos para trabalhar



Ações Locais

Iniciativas de Inclusão Digital Comunitária

Desenvolver projetos que visem aumentar o acesso significativo à internet em áreas vulnerabilizdas, como a instalação de hotspots de Wi-Fi gratuitos em espaços públicos e a distribuição de dispositivos conectados a famílias de baixa renda.

Benefícios: Reduzir a exclusão digital e promover a equidade no acesso à internet, permitindo que todos os membros da comunidade possam participar plenamente da vida digital e das oportunidades de desenvolvimento socioeconômico.





Ações Locais

Educação Midiática e Letramento Digital

Promover educação midiática e letramento digital com capacitação em tecnologia para a população local, focando em habilidades digitais, segurança na internet e participação cidadã online.

Benefícios: Aumentar a alfabetização digital da comunidade permite que mais pessoas participem efetivamente dos processos de governança da internet e se beneficiem das oportunidades oferecidas pela tecnologia.



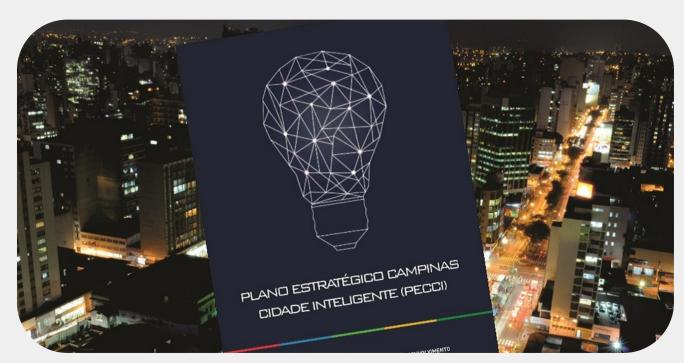


Ações Locais

Mapeamento Colaborativo de Necessidades

Utilizar ferramentas digitais para realizar mapeamentos colaborativos, onde os cidadãos podem identificar e reportar necessidades e problemas locais, além de cadastros de projetos e ações locais relacionados à infraestrutura de internet e acesso a serviços digitais.

Benefícios: Esse mapeamento ajuda a direcionar recursos e esforços de forma mais eficiente, garantindo que as áreas mais necessitadas recebam atenção prioritária.





Ações Locais

Conselhos Comunitários de Tecnologia

Estabelecer conselhos locais de tecnologia compostos por representantes da comunidade, ONGs, setor privado e governo local. Esses conselhos podem se reunir regularmente para discutir questões de governança da internet e propor soluções.

Benefícios: Esse formato garante que as decisões sejam tomadas com a contribuição de diversas partes interessadas, refletindo melhor as necessidades e prioridades da comunidade local.





Ações Locais

Plataformas de Consulta e Participação

Implementar plataformas digitais onde os cidadãos podem participar de consultas públicas e debates sobre políticas relacionadas à internet e tecnologia. Essas plataformas podem incluir votações, enquetes e fóruns de discussão.

Benefícios: Isso permite que as opiniões e necessidades das comunidades locais sejam diretamente consideradas na formulação de políticas, promovendo uma governança mais inclusiva e democrática.

Terezinha Brito

Por que as cidades?

É nas cidades que grande parte das discussões articuladas no ecossistema da governança da Internet se materializam. É na cidades que as políticas públicas nacionais e estaduais tomam forma (ou não).

Contexto & Desafios

1

PARA O TERCEIRO SETOR

- 1. Desenvolvimento e Resiliência Institucional
 - 1. Financiamento
 - 2. Formalização
 - 3. Acesso e Participação
- 2. Apoio governamental
- 3. Déficit de Políticas Públicas



PARA OS CIDADÃOS

Da perspectiva das cidades o principal tema problema é a Inclusão Digital.

- Conectividade significativa
- Educação digital
- Habilidades digitais

Caminhos para soluções colaborativas

Estratégia para a agenda da governança da Internet nas cidades, uma questão de terminologia?

Caminhos para soluções colaborativas

CIDADES INTELIGENTES (SMART CITIES)

"Apesar de o termo não possuir uma definição única, as smart cities podem ser entendidas como uma série de soluções para problemas urbanos desenvolvidas por meio do uso das TIC. Trata-se de uma estratégia que oferta soluções mais rápidas, eficientes e com maior capilaridade, possibilitando o acesso mais fácil e rápido aos serviços urbanos, promovendo uma melhor qualidade de vida para cidadãos e um desenvolvimento social e econômico mais sustentável"

Javiera F. Medina Macaya (<u>Cetic.br</u>), 2017.

SOLUÇÕES?

Totens reforçam as ações de segurança pública em Marabá

Governador Helder Barbalho esteve no município para entregar o equipamento na orla, como parte do Projeto "Cidades Inteligentes"

Por Roberta Meireles (SEGUP) 16/03/2024 13h01

















Sobre





1 - O que é o Wi-Fi Público **Gratuito?**

O Wi-Fi Público Gratuito é um serviço que faz parte do programa Fortaleza Inteligente que oferece acesso público e gratuito à Internet, interligando computadores, celulares, tablets e outros aparelhos à rede, por meio de conexão sem fio.

4 - Onde posso acessar o Wi-Fi Público Gratuito?

Os pontos de Wi-Fi gratuito são:

- Praça das Crianças
- Praça Coração de Jesus
- Praça José de Alencar
- Praça do Ferreira
- Passeio Público
- Praça da Estação
- Estações do BRT na Bezerra de Menezes
- Casa da Cultura Digital Praia de Iracema

Porto

SOMOS UMA INCUBADORA E ACELERADORA DE INICIATIVAS SOCIAIS

ACREDITAMOS na importância de movimentar e capacitar a sociedade civil na promoção de soluções para problemas sociais, MOVIDOS por ajudar as pessoas a encontrarem seus propósitos, potencializar o impacto social e fazer parte de histórias de transformação.

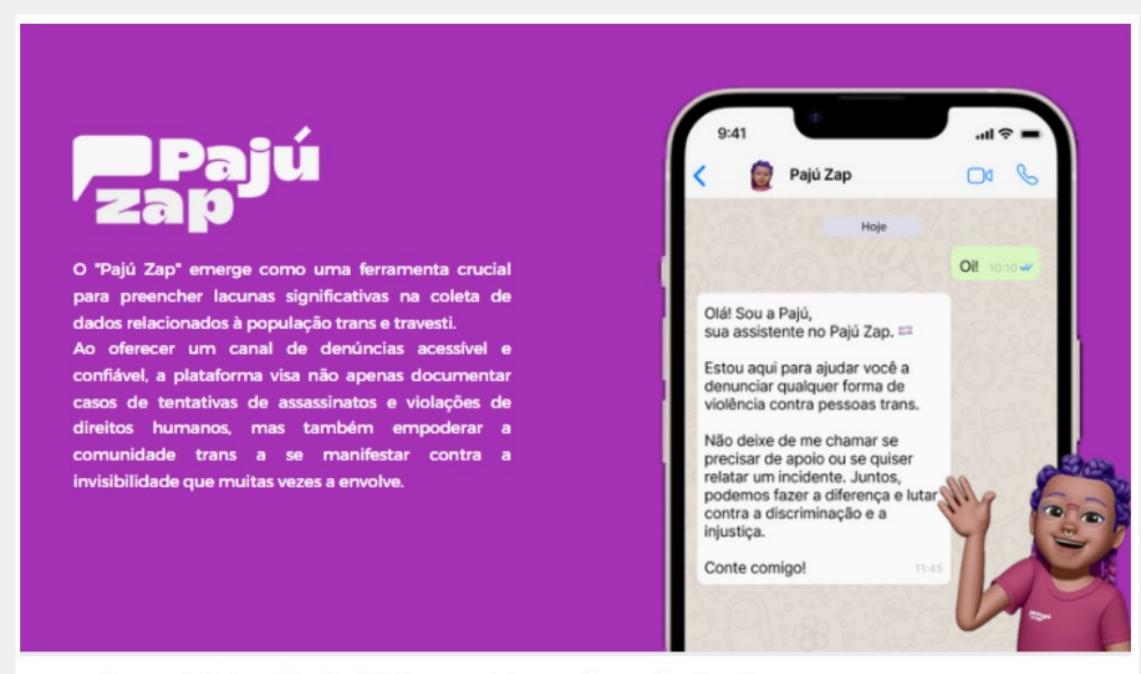


Você sabe o que é o Juventude Digital?

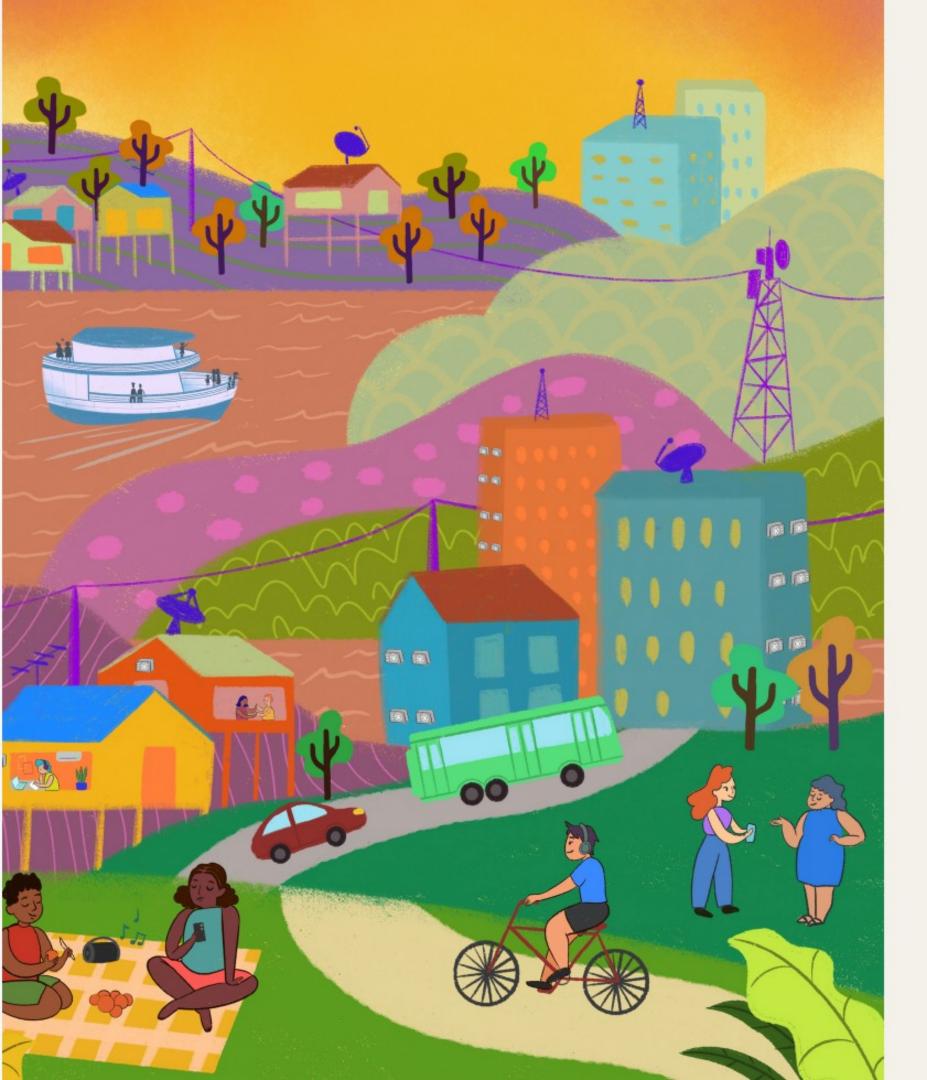
Somos um programa da Prefeitura de Fortaleza, vinculado à Fundação de Ciência, Tecnologia e Inovação (Citinova), que qualifica jovens para o mercado de tecnologia. Aqui você encontra cursos, oficinas, eventos e conexões com oportunidades reais de emprego. Vem com a gente se preparar para o mercado digital!

O QUE É
CIDADÃO
DIGITAL?

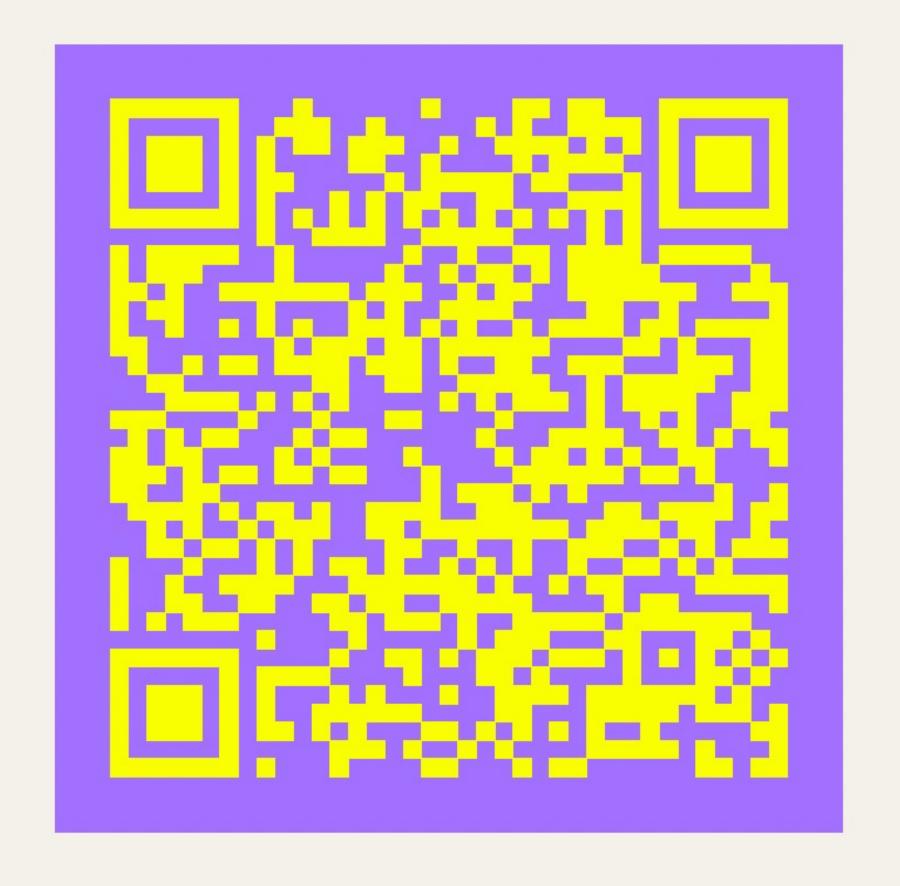
O Cidadão Digital é uma iniciativa da <u>Safernet Brasil</u>, com apoio da **Meta**, que promove atividades educativas gratuitas para a formação de adolescentes e jovens em temas de cidadania digital, como segurança online, combate à desinformação, autocuidado, respeito e empatia nas redes. Ao longo de 4 edições, o programa já impactou mais de 177 mil estudantes e 70 mil educadores. As ações acontecem em todo o país no formato de atividades remotas, híbridas ou presenciais, sendo mediadas por jovens através de metodologias de educação entre pares, de jovem para jovem, de uma forma criativa, amigável e inovadora.



O protótipo do Pajú Zap está em fase de testes.



NORTEANDO A GI



Obrigado!

contato@ergoncugler.com www.ergoncugler.com